

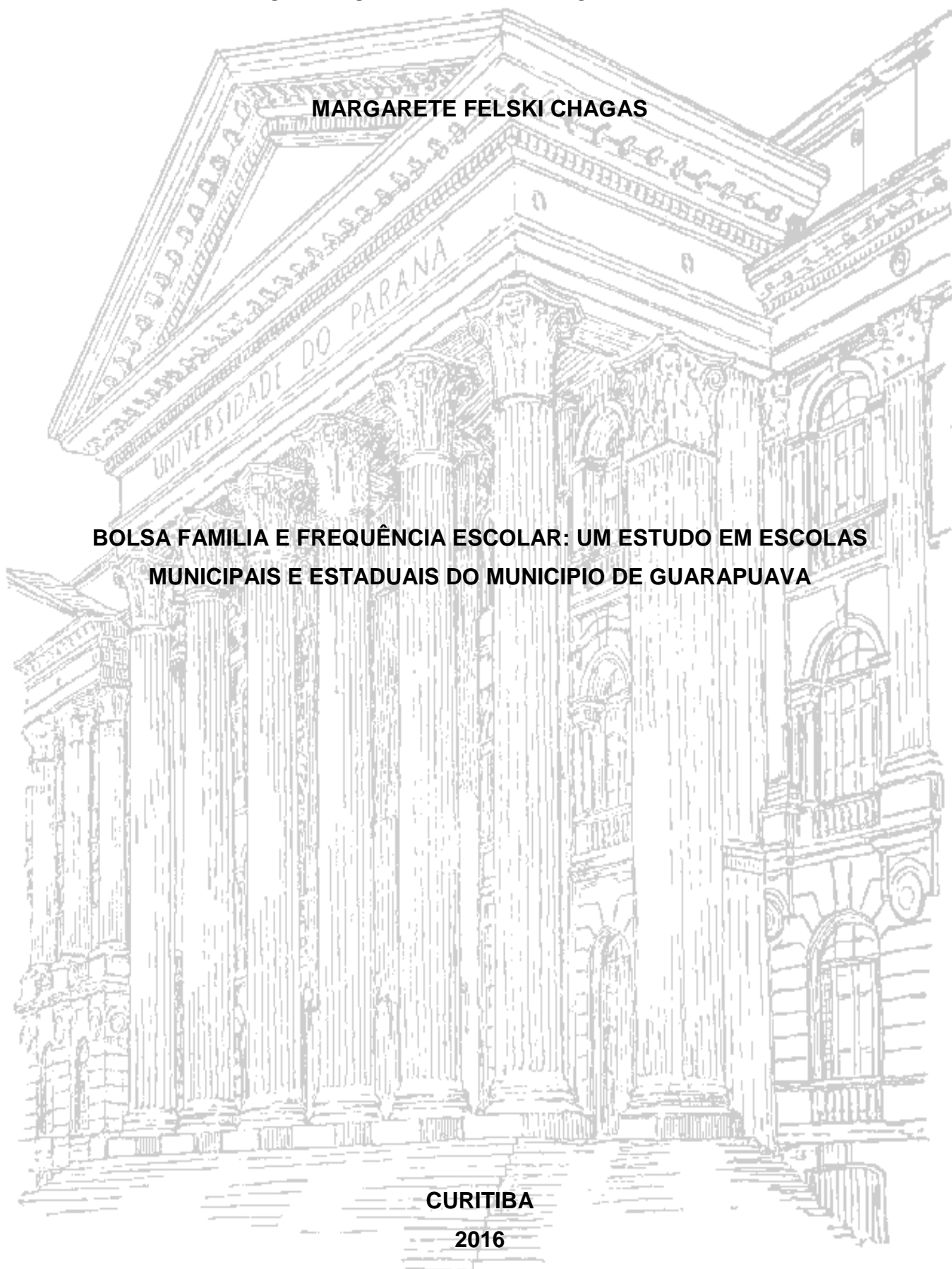
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARGARETE FELSKI CHAGAS

**BOLSA FAMÍLIA E FREQUÊNCIA ESCOLAR: UM ESTUDO EM ESCOLAS
MUNICIPAIS E ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA**

CURITIBA

2016



MARGARETE FELSKI CHAGAS

**BOLSA FAMILIA E FREQUENCIA ESCOLAR: UM ESTUDO EM ESCOLAS
MUNICIPAIS E ESTADUAIS DO MUNICIPIO DE GUARAPUAVA**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Ms.Karina Flavinha

CURITIBA

2016

RESUMO

Compreende-se a ligação entre pobreza e escola como uma associação entre implementação de políticas educacionais bem como sociais. Pensando nos lugares específicos para esta consolidação, as escolas tornam-se um dos locais principais para efetivar ações educacionais e sociais. Uma dessas ações refere-se à obrigatoriedade da frequência do estudante beneficiário do Programa Bolsa Família, e que constitui uma das condicionalidades para que a família receba a bolsa. Desse modo, este artigo tem como objetivo analisar as frequências dos estudantes das escolas municipais e estaduais do Município de Guarapuava por meio do Sistema Frequência. Este trabalho se constitui de três momentos, sendo, o primeiro de pesquisa bibliográfica, com contribuições de alguns autores que tratam do tema em pauta, seguida de análise e descrição dos resultados obtidos.

Palavras-chave: Escola. Bolsa-Família. Pobreza, Frequência

1 INTRODUÇÃO

Este artigo versará sobre o Programa Bolsa Família e a necessidade de frequência de estudantes na escola. Tem embasamento em autores que se debruçam em estudos sobre o assunto em pauta, dentre eles: Antonio Geraldo da Cunha, Pablo Gentili, Antonio Nôvoa, Martinez e Libâneo, dentre outros, que contribuíram para estudos e embasamento, assim como as legislações que abordam o tema foram consultados, dando assim aporte legal ao trabalho.

Sabendo-se que o Governo Federal auxilia no Programa Bolsa Família, que beneficia alunos do ensino fundamental e médio, fomentando o objetivo de garantir a eles o direito à educação.

Vale acrescentar, que compreender a pobreza, é necessário realizar uma análise da forma como esse elemento está relacionado com os demais procedimentos de empobrecimento dentre eles a exclusão e vulnerabilidade social, e como a sociedade se depara e julga esse problema.

Tem como metodologia, a análise e a descrição de dados da frequência escolar de instituições públicas estaduais e municipais, para verificar a assiduidade em que os estudantes que estão vinculados nestas unidades apresentam frequência regular ou não. O acompanhamento da frequência escolar tem como objetivo combater a evasão e estimular a progressão escolar, de estudantes em situação de

vulnerabilidade social. Nesse sentido, o texto adentra-se também nas discussões que a escola vem enfrentando sobre evasão escolar e pobreza.

Este trabalho será dividido em três momentos: revisão literária com abordagem sobre o programa Bolsa Família, com contribuições de alguns autores que falam sobre o tema, em seguida com a análise e descrição dos resultados da frequência dos estudantes.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 ENTENDENDO O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Programa Bolsa Família (PBF, instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004), se constitui atualmente a maior iniciativa de transferência de renda existente no conjunto do planeta. As famílias consideradas pobres ou extremamente pobres recebem o benefício, porque o valor de sua renda mensal não é considerado suficiente para que consigam sobreviver e se desenvolver. Se a família se enquadra nesses pré-requisitos deve procurar na prefeitura de seu município o setor encarregado pelo Cadastro Único e realizar a sua inscrição.

Através de parcelas mensais de valores, o programa além de suprir às necessidades básicas dos beneficiários, os oferece acesso a recursos naturais. O programa Bolsa Família, visa distribuir a renda auxiliar para as famílias nos estados mais severos de pobreza de uma maneira justa. Devido a isso, as famílias que desejam se cadastrar no programa devem preencher pré-requisitos específicos do Programa.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), informando a Lei Maior, trazem mecanismos de supervisão e controle dessas práticas. Tais dispositivos promovem, também, a emergência de políticas afirmativas por meio de Programas que objetivam beneficiar a permanência do aluno na escola sendo uma delas a, Bolsa Família.

O Programa define o que nomeia como “condicionalidades”. Estas consistem em um conjunto de “compromissos” assumidos pelas famílias beneficiárias tanto na área da saúde quanto na da educação. Cumprir com as condicionalidades é obrigatório para que a família continue recebendo a transferência de renda. Segundo

os argumentos do Ministério de Desenvolvimento Social, expostos na “cartilha” sobre as condicionalidades que é distribuída aos beneficiários:

[...] esses compromissos devem ser vistos ao mesmo tempo como direitos e deveres: Direitos: o acesso aos serviços de saúde e educação está garantido pela Constituição Federal; Deveres: para receberem o benefício mensal, as famílias devem atender a todas as condicionalidades, garantindo assim escola para crianças e jovens e saúde para todos os membros da família. (BRASIL/MDS, 2010).

Dessa forma, as condicionalidades são entendidas como uma relação de paridade entre sociedade e governo. Nesta, as famílias são incitadas ao cuidado com a saúde e com a educação, requerendo do poder público, aumentar a oferta local de tais serviços.

Portanto, o participante do Programa Bolsa Família, precisa cumprir essas condicionalidades para continuar recebendo o benefício: crianças com menos de seis anos precisam ser imunizadas; mulheres grávidas, lactantes e bebês precisam fazer o acompanhamento médico com todos os exames e visitas programados, e crianças e adolescentes precisam estar matriculados e apresentar frequência na escola de 85% e 75%, respectivamente.

São três os objetivos do Programa. Sendo o primeiro é combater imediatamente a fome através da transferência de dinheiro para os beneficiários. O segundo objetivo tem por finalidade concretizar o acesso aos direitos sociais básicos de saúde e educação. Neste contexto, o sistema de “condições” tem sido desenhado com o propósito de dar fim ao ciclo intergeracional de reprodução da pobreza. E, finalmente, os programas de políticas complementares e integradas (não compulsórios) objetivam integrar os adultos no mercado de trabalho, de forma a que as famílias possam superar sua situação de vulnerabilidade financeira. Assim observa-se que as condicionantes são consideradas parâmetros mínimos de acesso aos direitos para as famílias beneficiárias, seu cumprimento seria, na concepção do PBF, um elemento que contribuiria para o sucesso na superação da condição de pobreza ou extrema pobreza das famílias beneficiárias.

2.2 A POBREZA

Sobre os conceitos de pobreza absoluta que atenta para o risco da sobrevivência física, com risco de morte pelo não atendimento às necessidades básicas do ser humano; e do conceito da pobreza relativa “define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social” (ROCHA, 2006, p. 11).

Acredita-se que a pobreza influencia na aprendizagem, no entanto, ela não é a única responsável. Os problemas detectados são bem mais complicados e interferem direta e indiretamente na educação. As políticas educacionais não atendem suficientemente às obrigações básicas de grande parte das escolas, empobrecendo o sistema educacional no que se refere aos auxílios necessários para o bom funcionamento da escola

E é também sobre essa pobreza associada à educabilidade que esta pesquisa pretende refletir, com o intuito de identificar as principais contribuições que o pedagogo pode ter nesse processo, as possibilidades e limitações para a aprendizagem mesmo em condições adversas, a fim de minimizar o problema da falta de condições básicas necessárias para a aprendizagem escolar.

A pobreza no seu sentido etimológico vem do latim probe, proueza (s. XIII) e significa falta daquilo que é necessário à vida (CUNHA, 2007).

Quando o tema é pobreza costuma-se associar fome, miséria, necessidade, falta de recursos financeiros, à própria pobreza. No entanto, essas palavras isoladamente não conceituam a pobreza. A definição de pobreza depende do contexto de determinada sociedade, ou seja, está relacionada aos seus recursos materiais, às políticas e desenvolvimento social e produtivo. De modo geral a redução da pobreza está relacionada a mudanças estruturais no sistema educacional que garantam acesso à educação de qualidade para todos.

De acordo com Gentili (2005, p. 11), “a maneira como a escola trata a pobreza constitui uma avaliação importante do êxito de um sistema educacional”. Crianças advindas de famílias pobres são, em geral, as que têm pouco êxito, se avaliadas através dos métodos convencionais de conceito são as mais complicadas se avaliadas através dos métodos tradicionais.

No entanto, as crianças são consideradas tendo menos poder na escola, são as que possuem menos capacidade de fazer valer suas reclamações ou de persistir para que suas necessidades sejam satisfeitas. Portanto são as que mais dependem da escola para obter sua instrução.

Diante disto, discutem-se programas compensatórios na educação no intuito de melhorar a qualidade da educação pública. Entretanto é preciso atentar para algumas questões: em relação à capacidade de aprender, todos têm, o que muitas vezes, interfere são as condições sociais para esta aprendizagem, pois o meio em que estão inseridas muitas vezes, não o ajudam, pois sua realidade muitas vezes não condiz com o ambiente. Pois, uma criança que se diz ser pobre, ou seja, sem condições financeiras, muitas vezes, não tem acesso aos mesmos recursos que outra criança tem. No entanto, isso muitas vezes, não influencia na aprendizagem e que ela pode sim aprender.

2.3 EVASÃO ESCOLAR

Atualmente a evasão escolar tem sido preocupante, para as políticas públicas e da educação em geral. Diante disso, as discussões, acerca dessa problemática, têm tomado, como ponto principal de debate, o papel, tanto da família, quanto da escola, em relação a situação do aluno que está inserido na escola.

Seguindo por essa perspectiva, Lensky (2006) defende que a não frequência e a evasão escolar na atualidade estatisticamente estão diretamente relacionadas às questões do cotidiano, como a violência (tráfico de drogas, toque de recolher, invasão da comunidade por bandidos de outras facções etc.), ou mesmo à dificuldade de o aluno sair de casa em dias de chuva devido às condições de urbanização da localidade, além de residências de alunos distantes da escola.

Enfim, questões menos relacionadas ao trabalho infantil, muito presentes nos estudos da década de 1990. Contudo, salienta que a violação ao direito de permanência na escola relaciona-se também aos processos intraescolares, ou seja, aos mecanismos e processos no interior da sala de aula e da escola que conduzem à não frequência e à evasão dos alunos – processos que são muito mais sutis do que as estatísticas apontam.

Para a garantia do direito à permanência, Lensky (2006) salienta que as escolas devem estar em consonância com a legislação vigente, o que significa que

práticas escolares e pedagógicas alinhadas ao ordenamento jurídico-educacional devem estar expressas no seu ordenamento institucional: no Projeto Político Pedagógico e no Regimento Interno:

(...) mais do que uma política social, a presença à escola é entendida como um direito daquelas camadas da população que, sistematicamente, foram e têm sido excluídas do acesso ao saber. A aprendizagem é/deveria ser uma consequência da permanência na escola. Essa ligação 'indesligável' entre assiduidade e aprendizagem, por enquanto, é a única forma de garantir direitos à infância e juventude brasileira destituída de cidadania (LENSKY, 2006, p. 88).

De acordo com Ferreira da Silva (2009), a ligação fracasso escolar, pobreza e privação cultural conduzem ao princípio de que as dificuldades são intrínsecas aos sujeitos que não têm condições culturais, sociais e biológicas para que o aprendizado se processe. O autor revela em sua pesquisa que uma caracterização específica dos alunos com baixo rendimento escolar serviu mais para estigmatizá-los e ressaltar suas fragilidades que valorizar suas conquistas. "A forma como são tratados pelo sistema escolar reforça a naturalização das práticas escolares, como se elas não fossem objeto de escolhas política e pedagógica" (FERREIRA DA SILVA, 2009, p. 162).

Entretanto, salienta que, na atualidade, quando o sistema de ensino se propõe a um programa específico para os alunos que não estão se adaptando (ainda que o fracasso seja atribuído ao próprio fracassado) "está a possibilidade de a escola reconhecer que seus métodos de ensino e suas práticas pedagógicas são particularmente ineficientes, tornando-se necessária e urgente a disposição para buscarem novas formas de ensino" (FERREIRA DA SILVA, 2009, p. 161).

Seguindo essa perspectiva que responsabiliza o próprio sujeito por seu fracasso, Paiva (2009), em sua tese de doutorado, analisa os sentidos que as políticas de transferência de renda assumem quando vinculadas à educação.

O autor relata que, no Brasil, no contexto neoliberal, a questão da evasão e repetência é tratada como um problema da escola e do indivíduo: o aluno é o responsável pelo próprio fracasso. Paiva (2009) ressalta o caráter seletista e excludente historicamente vigente no Brasil: "os processos excludentes da escola devem ser apreendidos como movimentos necessários à lógica do capital, que se solidificam quando perpetuam na escola as péssimas condições de trabalho, as

precárias condições de infraestrutura (...) e quando fomentam currículos dissociados da realidade” (PAIVA, 2009 p. 99).

Outro ponto que deve ser observado é que está se colocando sob a responsabilidade da escola outros afazeres que não a aprendizagem do aluno, muitas vezes atribuindo a ela encargos que deveriam ser da sua família. Acerca dessa discussão Nóvoa se posiciona.

Um dos grandes perigos dos tempos atuais é uma escola a duas velocidades: por um lado, uma escola concebida essencialmente como um centro de acolhimento social, para os pobres, com uma forte retórica da cidadania e da participação. Por outro lado, uma escola claramente centrada na aprendizagem e nas tecnologias, destinada a formar os filhos dos ricos (NOVOA, 2009, p.181).

Libâneo (2004) também se posiciona apregoando um novo modelo de escola.

Se alguém acredita que a escola deva ser principalmente um espaço de socialização dos alunos, que seja um lugar de encontro e compartilhamento entre as pessoas, que seja um lugar para que sejam acolhidos seus ritmos, suas diferenças, suas inclinações pessoais, então, nesse caso, o sistema de ciclos é ótimo, a flexibilização da avaliação é coerente. É claro que essas coisas são importantes, mas penso que escola para a democracia e para a emancipação humana é aquela que, antes de tudo, através dos conhecimentos teóricos e práticos, propicia as condições do desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral dos alunos. E que faça isso para todos os que disponham das competências físicas e intelectuais requeridas para isso. Aprender, então, consiste no desenvolvimento de capacidades e habilidades de pensamento necessárias para assimilar e utilizar com êxito os conhecimentos. (...) Sendo assim, a tarefa das escolas fica muito clara, que é assegurar as condições para que a aprendizagem escolar se torne mais eficaz, mais sólida, mais consolidada, enquanto ferramenta para as pessoas lidarem com a vida. (LIBÂNEO, 2004, p.132).

Alinhado à Declaração sobre Educação para Todos, de 1990, há um projeto de uniformização das políticas educativas em escala mundial patrocinado pelo Banco Mundial. Segundo o seu Art. 1º - Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem:

1. Cada pessoa - criança, jovem ou adulto - deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a

qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo.

2. A satisfação dessas necessidades confere aos membros de uma sociedade a possibilidade e, ao mesmo tempo, a responsabilidade de respeitar e desenvolver sua herança cultural, linguística e espiritual, de promover a educação de outros, de defender a causa da justiça social, de proteger o meio-ambiente e de ser tolerante com os sistemas sociais, políticos e religiosos que difiram dos seus, assegurando respeito aos valores humanistas e aos direitos humanos comumente aceitos, bem como de trabalhar pela paz e pela solidariedade internacionais em um mundo interdependente.

3. Outro objetivo, não menos fundamental, do desenvolvimento da educação, é o enriquecimento dos valores culturais e morais comuns. É nesses valores que os indivíduos e a sociedade encontram sua identidade e sua dignidade.

4. A educação básica é mais do que uma finalidade em si mesma. Ela é a base para a aprendizagem e o desenvolvimento humano permanentes, sobre a qual os países podem construir, sistematicamente, níveis e tipos mais adiantados de educação e capacitação (DECLARAÇÃO DE JONTIEM, 1990).

A aprendizagem é extremamente necessária para a o desenvolvimento do ser humano proporcionando-lhe maior qualidade de vida. Segundo Martinez:

Este novo paradigma se sustenta em uma visão “realista”, ou melhor, economicista, da educação, apresentada como necessidade “natural” que responde a leis definidas a partir da biologia e que deve, em consequência, ser satisfeita, como a fome e o abrigo. Em outras palavras, ao apresentar a educação como necessidade, fica reduzida a uma simples pulsão natural, perdendo seu caráter de acontecimento cultural em que intervêm o pensamento, a linguagem, a inteligência, os saberes. A educação deixa de ser, assim, um assunto da cultura para ser um serviço desprovido de política e de história, reduzindo seu papel à aquisição de competências de aprendizagem (MARTINEZ, ANO 2004, p.227).

Dessa forma, é posto que a educação é meio para a promoção da melhoria da qualidade de vida e ao combate e resistência à pobreza. Qualquer pessoa tenha oportunidade de ser inserido em uma sociedade, para que possam desenvolver suas potencialidades num todo, viver, estudar e trabalhar com dignidade, que a escola permita uma educação de qualidade, pois as mudanças estão sendo feitas em volta das famílias, tanto na educação, saúde e assistência Social, porém deve analisar o contexto familiar no qual se vive e as necessidades desses. É no convívio escolar e boas relações entre pais e mestres que necessitamos compreender melhor, para que o estado possa ajudar a combater a essa desigualdade

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

A abordagem qualitativa busca descrever significados que são socialmente construídos e segundo Marconi e Lakatos (1996:78)

Apresentam algumas vantagens verificadas na pesquisa de campo, tais como o acúmulo de informações sobre um dado fenômeno para serem analisados por outros pesquisadores, e a facilidade na obtenção de uma amostragem de indivíduos sobre determinada população ou classe de fenômenos (1996, p. 78)

3.2 SUJEITO DE PESQUISA

Instituições de Ensino foram questionados sobre a evasão e quantos alunos apresentam baixa frequência escolar e quais os motivos que os levaram à infrequência na escola.

3.3 INSTRUMENTO E PROCEDIMENTOS DE DADOS

A pesquisa foi efetuada "in loco" por meio de contato através de visita, em contato com a equipe pedagógica responsável de cada instituição escolar, realizando alguns questionamentos a respeito da frequência dos alunos e se há evasão escolar nas determinadas instituições, para dar veracidade ao trabalho e obter o objetivo proposto.

Gil (1991:19) considera a pesquisa como "procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos".

Assim sendo, as pesquisas realizadas foram direcionadas à consecução dos objetivos propostos para a finalização exitosa e fidedigna deste artigo.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Foi questionado um total de seis escolas; sendo duas públicas municipais; duas estaduais Foram apenas questionados sobre a evasão e quantos alunos apresentam baixa frequência escolar e quais os motivos dos mesmos.

A seguir o quadro fornecido pela SEMEC (Secretaria Municipal de Educação e Cultura)

QUADRO DEMONSTRATIVO MÊS DE REFERÊNCIA AGO/2014/2015/2016
- BOLSA FAMÍLIA



QUADRO DEMONSTRATIVO MÊS DE REFERÊNCIA AGO/2014/2015/2016 - BOLSA FAMÍLIA							
COLÉGIO ESTADUAL							
COLÉGIO	ANO LETIVO	2014		2015		2016	
	PERCENTUAL DE FREQUÊNCIA	Nº DE ALUNOS INCLUIDOS SF	Nº DE ALUNOS C/ BAIXA FREQUÊNCIA	Nº DE ALUNOS INCLUIDOS SF	Nº DE ALUNOS C/ BAIXA FREQUÊNCIA	Nº DE ALUNOS INCLUIDOS SF	Nº DE ALUNOS C/ BAIXA FREQUÊNCIA
1	85%	215	4	180	4	165	5
	75%	95	21	72	18	72	7
2	85%	256	16	255	54	197	19
	75%	48	9	52	15	56	14
3	85%	247	39	236	18	0	0
	75%	115	24	108	19	78	32
ESCOLA MUNICIPAL							
ESCOLA	ANO LETIVO	2014		2015		2016	
	PERCENTUAL DE FREQUÊNCIA	Nº DE ALUNOS INCLUIDOS SF	Nº DE ALUNOS C/ BAIXA FREQUÊNCIA	Nº DE ALUNOS INCLUIDOS SF	Nº DE ALUNOS C/ BAIXA FREQUÊNCIA	Nº DE ALUNOS INCLUIDOS SF	Nº DE ALUNOS C/ BAIXA FREQUÊNCIA
1	85%	111	1	112	0	90	2
2	85%	122	2	128	5	95	0
3	85%	158	21	157	0	152	5

85% - ALUNOS DO BOLSA FAMÍLIA NA FAIXA ETÁRIA DE 06 À 15 ANOS
75% - ALUNOS DO BOLSA FAMÍLIA VARIÁVEL JOVEM NA FAIXA ETÁRIA DE 16 À 18 ANOS

FONTE: SEMEC (CHAGAS, M. F. 2016)

Foi observado no relatório de frequência escolar do Programa Bolsa Família, questionando escolas públicas municipais, estaduais e particulares.

O questionamento apontou dados sobre a evasão e baixa frequência escolar, inquirindo sobre os motivos que apresentados pelos alunos faltosos e evadidos.

Os dados apresentados de instituições estaduais de ensino, mostraram inicialmente que o número de alunos que recebam a Bolsa era maior e o número de alunos com baixa frequência era menor. Observou-se que nos outros dois anos subsequentes foi diminuindo o número de alunos e aumentando a baixa frequência.

Em relação às escolas municipais, ocorreu o contrário iniciou-se com a frequência elevada e nos anos seguintes, foi decaindo a baixa frequência, mesmo diminuindo o número de bolsistas.

Dos estabelecimentos de ensino particulares pesquisados, observou-se que e houve um número irrisório de alunos, todos com baixa frequência.

Vale afirmar, que com o passar do tempo foi verificado que os alunos que os alunos que possuíam bolsa família passaram a ser assíduos.

Em síntese, após os questionamentos realizados as escolas afirmaram que há falta de interesse principalmente da família, pois os alunos que são retidos, geralmente não são comprometidos com a escola e a família não exige que esse aluno frequente regularmente a escola e, muitas vezes não os leva até ela.

Assim sendo, mesmo que a escola tome as medidas cabíveis junto ao Conselho Tutelar e Assistência Social, os alunos continuam a não frequentar a escola.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola sendo uma instituição formadora de opiniões e cidadãos, deve trazer um cuidado em relação ao aluno nas suas condições sociais menos beneficiadas para não transformar a sua prática educativa em assistencialista, uma vez que a função da escola é a de formar cidadãos com autonomia para construir seu conhecimento e criticidade em relação à sua condição de modo a modificar-se, pois a educação é ponto importante na vida do ser humano.

As famílias que fazem parte do Programa Bolsa Família, acumulam um conjunto de vulnerabilidades características de pobreza. O auxílio que recebem, aumentam as probabilidades de “sucesso” das crianças e adolescentes no sistema escolar.

Conhecendo o Programa Bolsa Família, da qual tem socorrido e amparado as famílias de baixa renda, caracterizado como sendo um apoio positivo, onde, muitos não sabem usufruir e acabam perdendo por motivo de frequência ou de evasão, deixando assim de frequentar a instituição escolar.

A situação em que muitas famílias se encontram na situação da miséria e de pobreza, o Programa Bolsa Família, ajuda muitas vezes a minimizar essa situação.

Mas acredita-se que somente o Programa em si só, não resolverá os problemas relacionados à difícil relação entre as populações pobres e a escola.

Percebeu-se através dos dados coletados, que houve uma melhoria em relação a frequência baixa em todas as esferas das instituições.

Mas conclui-se que enquanto não houver uma conscientização dos responsáveis por essas crianças, que pelos mais diversos motivos faltam às aulas, dentre eles, a falta de interesse do próprio aluno e da sua família, verifica-se a necessidade dos familiares tomarem ciência do compromisso e da responsabilidade que têm perante seus filhos, de nada adianta criarem programas sociais para ajudá-los.

Acredita-se que não é somente função da escola dar ciência do compromisso com a educação aos pais de alunos, pressionando-os dizendo que vai tirar a Bolsa Família se seus filhos não comparecerem na escola para assistirem as aulas e assim construírem seus conhecimentos com êxito.

É preciso que urgentemente se criem outras políticas para a educação que tenham por objetivo criar outros meios para resgatar e ajudar essas crianças.

REFERÊNCIAS

BOLSA FAMÍLIA E FREQUÊNCIA ESCOLAR: UM ESTUDO EM ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA

BOTEGA, Leonardo da Rocha. **A Conferencia de Jomtien e a educação para todos no Brasil dos anos 1990.** http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=22:a-conferencia-de-jomtien-e-a-educacao-para-todos-no-brasil-dos-anos-1990&catid=4:educacao&Itemid=15

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Decenal de Educação para Todos.** Brasília, 1993.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Guia para Acompanhamento das Condicionalidades do Programa Bolsa Família.** 2010

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa. Rio de Janeiro:** Lexion Editora Digital, 2007. CHARLOT, Bernard. Globalização e educação. Texto de Conferência no Fórum Mundial de Educação. 2003.

DALBEN, A. I. L. F. **A prática pedagógica e os ciclos de formação na Escola Plural.** In: DALBEN, A. I. L.F. (org.) Singular ou plural? Eis a questão! Belo Horizonte, GAME, FAE, UFMG, 2000.

DE TOMMASI, Livia de, WARDE, Mirian J. e HADDAD, Sergio (orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo, Cortez Editora, 1996.

FALLEIROS, Ialê. **Parâmetros curriculares nacionais para a Educação Básica e a construção da nova cidadania**. In: NEVES, Lucia M.M. Wanderlei (org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

FERREIRA da SILVA, A. P. **Reprovados, indisciplinados, fracassados: as microrrelações de insucesso escolar na perspectiva do “aluno problema”**. Tese de Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade. PUC, São Paulo, 2009.

FREITAS, Luiz Carlos de. **CICLOS, SERIAÇÃO E AVALIAÇÃO – Confronto de lógicas**. São Paulo: Editora Moderna, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio & CIAVATTA, Maria. **Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica de mercado**. In: *Educação e sociedade*, v. 24, nº 82. Campinas-SP: abril de 2003.

GADOTTI, Moacir. Da palavra a ação. In: INEP. **Educação para todos: a avaliação da década**. Brasília: MEC/INEP, 2000.

GENTILI, Pablo & ALENCAR, Chico. **Educar na esperança em tempos de desencanto**. Petrópolis, RJ: Vozes.

GENTILI, P. **Pedagogia da exclusão: Neoliberalismo e a crise da escola pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LAKATUS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, elaboração, análise e interpretação dos dados**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LENSKIJ, T. **Direito à permanência na escola: a Lei, as políticas públicas e as práticas escolares**. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. UFRS, Porto Alegre, 2006.

LIBÂNEO, José C. e SANTOS, Akiko. **Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade**. São Paulo: Alínea Editora, 2009.

MARTINEZ BOOM, Alberto. *De la escuela expansiva a la escuela competitiva: dos modos de modernización en América Latina*. Barcelona: Anthropos Editorial; Bogotá: Convenio Andrés Bello, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E COMBATE À FOME/SAGI. Nota Técnica N.º 110/2010/DA/SAGI/ MDS. Brasília: MDS, 4 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2010/agosto/arquivos/nt-110-2010->

sintese-aibf-2a-rodada-educacao-e-saude-2.pdf> Acesso em: 04 de novembro de 2016.

NOVOA, Antonio. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

PAIVA, O. A. F. **Os sentidos dos programas de transferência de renda na educação: mediações e contradições no movimento real**. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, UnB, Brasília, 2009.

RIBEIRO, Luiz César de Q.; KATZMAM, Rubem (orgs). **A Cidade Contra a Escola: segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina**. Rio de Janeiro / Montevideo: Letra Capital, Faperj / IPPES, 2008.

SILVA, Anderson P.; BRANDÃO, André; DA DALT, Salete. **Educação e pobreza: o impacto das Condicionalidades do programa bolsa família**. Revista contemporânea de educação, FE-UFRJ, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, ago./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.revistacontemporanea.fe.ufrj.br/index.php/contemporanea/article/view/89/81>> Acesso em: 05 de novembro de 2016.